

## Feiras agroecológicas e educação para o consumo consciente: a importância da cartilha como instrumento de sensibilização

*Agroecological fairs and education for conscious consumption: the importance of the booklet as an awareness tool*

Joelma Alexandre Farias<sup>1</sup> e Aline Costa Ferreira<sup>2</sup>

v. 14/ n. 3 (2026)  
Julho/Setembro

Aceito para publicação em 16/06/2026.

<sup>1</sup>Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Sistemas Agroindustriais da Universidade Federal de Campina Grande, Pombal. ORCID: 0009-0009-5955-8096. E-mail:

joelma.alexandre@tecnico.ufcg.edu.br;

<sup>2</sup>Professora do Programa de pós-graduação em Gestão em Sistemas Agroindustriais (PPGSA) da Universidade Federal de Campina Grande, Pombal, Paraíba. ORCID: 0000-0002-5518-1924. E-mail: alinecfx@yahoo.com.br.

**RESUMO:** O presente artigo analisa a importância da cartilha educativa como instrumento de sensibilização nas feiras agroecológicas, considerando sua contribuição para aproximar consumidores, agricultores familiares e conhecimentos relacionados à agroecologia. Para isso, o artigo tem como entendimento que as feiras agroecológicas vão além da função de comercialização, haja vista que também favorecem vínculos de confiança, circulação de saberes, valorização dos alimentos locais e educação para escolhas alimentares mais conscientes. Outrossim, a pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com finalidade exploratória e descritiva, mediante análise de estudos, legislações, políticas públicas, materiais educativos e documentos institucionais relacionados à agroecologia, agricultura familiar, educação ambiental, alimentação saudável e consumo consciente. Ao longo do estudo, verificou-se que a cartilha pode atuar como recurso pedagógico acessível, visual e informativo, capaz de traduzir conteúdos técnicos em linguagem de fácil entendimento, próxima da realidade local e adequada a diferentes públicos. Além do mais, observou-se que esse material pode esclarecer dúvidas sobre produção agroecológica, sazonalidade, certificação, formação de preços, redução do desperdício, origem dos alimentos e responsabilidade do consumidor no processo de compra. Dessarte, a elaboração da cartilha, quando orientada pela escuta dos sujeitos envolvidos na feira, fortalece o diálogo entre saber técnico e experiência popular, expandindo a função social desses espaços.

**Palavras-chave:** Sistemas alimentares; Agricultura familiar; Alimentação saudável; Circuitos de comercialização; Cartilha.

**ABSTRACT:** This article analyzes the importance of the educational booklet as an instrument for raising awareness in agroecological fairs, considering its contribution to bringing consumers, family farmers, and knowledge related to agroecology closer together. To this end, the article is based on the understanding that agroecological fairs go beyond the function of commercialization, since they also foster bonds of trust, the circulation of knowledge, the appreciation of local foods, and education toward more conscious food choices. Furthermore, the research adopts a qualitative approach, bibliographical and documentary in nature, with an exploratory and descriptive purpose, through the analysis of studies, legislation, public policies, educational materials, and institutional documents related to agroecology, family farming, environmental education, healthy eating, and conscious consumption. Throughout the study, it was found that the booklet can serve as an accessible, visual, and informative pedagogical resource, capable of translating technical content into language that is easy to understand, close to the local reality, and suitable for different audiences. In addition, it was observed that this material can clarify doubts about agroecological production, seasonality, certification, price formation, waste reduction, food origin, and the consumer's responsibility in the purchasing process. Thus, when guided by listening to the subjects involved in the fair, the preparation of the booklet strengthens the dialogue between technical knowledge and popular experience, expanding the social function of these spaces.

<https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/RDGP>

**Keywords:** Food systems; Family farming; Healthy eating; Commercialization circuits; Educational booklet.

## **1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

A agroecologia tem ganhado espaço nas discussões sobre alimentação saudável, sustentabilidade, agricultura familiar e consumo consciente, principalmente diante dos impactos sociais e ambientais associados aos modos convencionais de produção e comercialização de alimentos. Nesse âmbito, as feiras agroecológicas aproximam produtores e consumidores, favorecendo relações de confiança, valorização do trabalho no campo e maior compreensão sobre a origem dos alimentos.

Apesar dessa aproximação, muitos consumidores ainda possuem dúvidas sobre o que diferencia um alimento agroecológico, quais práticas sustentam esse modo de produção, como funciona a sazonalidade, de que maneira se forma o preço dos produtos e qual é a relação entre consumo, saúde e preservação ambiental. Tendo em vista isso, a feira pode ser entendida também como espaço educativo, no qual a informação precisa circular de forma acessível e conectada à experiência cotidiana das pessoas.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, com finalidade exploratória e descritiva. A pesquisa bibliográfica será realizada a partir da seleção de artigos científicos, livros e capítulos que tratem da agroecologia, da agricultura familiar, da educação ambiental, da alimentação saudável e do consumo consciente, priorizando produções que discutam a feira agroecológica como espaço de comercialização, aprendizagem social e aproximação entre produtor e consumidor. Para a localização dos materiais, serão considerados descritores como “feiras agroecológicas”, “educação ambiental”, “consumo consciente”, “agroecologia”, “alimentação saudável” e “agricultura familiar”, utilizados de forma isolada e combinada.

A pesquisa documental, por sua vez, envolverá a análise de legislações, políticas públicas, cartilhas, materiais educativos, documentos institucionais e orientações produzidas por órgãos públicos, universidades, movimentos sociais ou entidades vinculadas à agroecologia e ao desenvolvimento rural sustentável. De tal maneira, esses documentos serão analisados com atenção ao modo como apresentam informações sobre produção agroecológica, escolhas alimentares, sustentabilidade, valorização dos alimentos locais, redução do uso de agrotóxicos, sazonalidade dos produtos e responsabilidade do consumidor no processo de compra.

A análise do material será conduzida por meio de leitura interpretativa e organização temática dos conteúdos, tomando como eixos principais: a função educativa das feiras agroecológicas, a

relação entre agroecologia e alimentação saudável, o consumo consciente como prática social e o uso da cartilha como recurso de sensibilização.

A relevância da pesquisa está em demonstrar que a cartilha educativa pode fortalecer a função social das feiras agroecológicas, transformando informações técnicas em linguagem simples, visual e próxima da realidade local. Nesse ínterim, o material corrobora para orientar consumidores, valorizar o trabalho dos agricultores familiares e expandir a compreensão sobre alimentação saudável, produção sustentável e consumo consciente no cotidiano da comunidade.

## **2 FEIRAS AGROECOLÓGICAS, SUSTENTABILIDADE E CONSUMO CONSCIENTE**

Antes da denominação acadêmica da agroecologia e de sua incorporação gradual às políticas públicas, práticas camponesas, indígenas, quilombolas e ribeirinhas já reuniam princípios hoje reconhecidos por esse campo. A roça diversificada, o quintal produtivo, a guarda de sementes, o consórcio entre culturas, o uso de matéria orgânica, a atenção ao ciclo das chuvas e a seleção de variedades adaptadas ao território expressavam modos de produzir alimentos nos quais natureza, trabalho familiar e cultura alimentar formavam uma experiência comum (Toledo; Barrera-Bassols, 2015).

Essa memória produtiva recebeu forte pressão com a difusão da Revolução Verde, principalmente desde as décadas de 1950 e 1960, período em que ganhou materialidade um padrão agrícola dependente de sementes padronizadas, fertilizantes sintéticos, mecanização de larga escala, agrotóxicos e expansão de monoculturas voltadas ao aumento da produtividade física por hectare (Altieri, 2002).

No Brasil, tal processo avançou em meio à modernização conservadora do campo, com aumento do crédito rural, incorporação seletiva de tecnologias e permanência de desigualdades fundiárias históricas (Petersen, 2013). A expansão das commodities agrícolas conviveu com erosão de solos, contaminação ambiental, empobrecimento da paisagem, redução da diversidade alimentar e enfraquecimento de economias locais, principalmente em territórios nos quais a agricultura familiar permaneceu à margem do pacote tecnológico dominante.

Sob esse prisma, a agroecologia emerge como crítica prática e teórica à equivalência automática entre produzir mais e produzir melhor, haja vista que a produtividade isolada é insuficiente para responder às questões relativas à saúde, à autonomia camponesa, à conservação ecológica, à qualidade do alimento e à justiça territorial (Caporal; Costabeber, 2004).

A compreensão contemporânea da agroecologia alcança dimensão mais larga que o cultivo sem veneno e possui alcance distinto da produção orgânica certificada (Gliessman, 1998). Em

acepção científica e social, corresponde a um campo de conhecimento que reúne ecologia, agronomia, sociologia rural, economia solidária, nutrição, educação popular e direitos socioambientais, com atenção ao agroecossistema como unidade viva, situada e dependente de relações biológicas, culturais e econômicas.

Na esteira dessa construção, a literatura internacional define a agroecologia como ciência, prática e movimento social, em virtude de sua relação com a pesquisa sobre processos ecológicos, com manejos sustentáveis e com a reivindicação de sistemas alimentares mais justos (Wezel *et al.*, 2009).

A produção agroecológica opera sob racionalidade própria, orientada pelo redesenho do sistema produtivo, em vez da mera troca de um insumo químico por insumo de origem “natural” dentro da mesma dependência externa (FAO, 2018). Nessa direção, o aumento da diversidade de espécies, a proteção da fertilidade do solo, o fortalecimento das interações ecológicas e a redução da vulnerabilidade econômica do agricultor ganham importância prática e jurídica.

Nessa toada, decorrem os policultivos, os sistemas agroflorestais, a adubação verde, o manejo ecológico de pragas, a compostagem, a rotação de culturas, a integração entre criação animal e lavoura e a recuperação de áreas degradadas, práticas associadas à resiliência produtiva diante da instabilidade climática e do encarecimento dos insumos agrícolas (Altieri; Nicholls, 2012). No caso brasileiro, essa matéria adquire maior alcance social em razão da agricultura familiar manter presença expressiva no abastecimento de alimentos frescos e nos mercados territoriais (Schneider; Cassol, 2013).

O Censo Agropecuário de 2017 identificou 3.897.408 estabelecimentos classificados como agricultura familiar, o que corresponde a 77% dos estabelecimentos agropecuários do país, presentes em 23% da área total e reunindo cerca de 10,1 milhões de pessoas em atividade no campo. Esses números reclamam interpretação atenta, porquanto a menor participação na área total convive com uma produção intensiva em trabalho, conhecimento local e diversidade de alimentos (IBGE, 2019).

No plano jurídico, a agroecologia mantém diálogo direto com a Lei nº 11.326/2006, que estabeleceu as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, reconhecendo a especificidade social e econômica desse segmento (Grisa; Schneider, 2014). Esse reconhecimento normativo tem importância ao inserir a agricultura familiar na esfera das políticas públicas, do abastecimento, do crédito, da assistência técnica e da comercialização. A teor dessa normativa, o agricultor familiar recebe tratamento jurídico compatível com sua atuação no desenvolvimento rural, na segurança alimentar e na proteção de modos de vida (Brasil, 2006).

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, instituída pelo Decreto nº 7.794/2012, reforçou esse enquadramento ao aproximar produção, conservação dos recursos naturais, saúde e qualidade de vida (Sambuichi *et al.*, 2017). Entre 2012 e 2022, a execução apresentou

oscilações institucionais, e estudos recentes demonstram que a PNAPo materializou uma conquista de movimentos sociais, organizações de assessoria, redes de pesquisa e agricultoras familiares em torno da transição agroecológica. A literatura também registra que a agroecologia recebe tratamento lateral em diversas políticas agrícolas, quando comparada ao volume de incentivos dirigidos ao modelo convencional (Rocha Neto, 2022).

A relação entre agroecologia e alimentação saudável exige compreensão para além da ausência de resíduos químicos (Carneiro *et al.*, 2015). O alimento agroecológico traz consigo outra trajetória produtiva, vinculada a práticas que respeitam os períodos de safra, reduzem longas distâncias de transporte, preservam variedades locais e aproximam quem produz de quem consome. O Guia Alimentar para a População Brasileira, publicado pelo Ministério da Saúde em 2014, converge com essa compreensão ao recomendar que alimentos in natura ou minimamente processados formem a base da alimentação, associando saúde, cultura alimentar e sustentabilidade dos sistemas alimentares (Brasil, 2014).

À luz desse percurso, as feiras agroecológicas exercem função que vai além da venda direta. Elas aproximam universos afastados pelo sistema alimentar convencional, de maneira que o consumidor encontra nomes, rostos, territórios, formas de cultivo e histórias familiares vinculadas ao alimento, em vez de mercadorias anônimas dispostas em bancas (Darolt, 2013).

Essa proximidade altera a experiência de compra, na medida em que o preço convive com confiança, origem, frescor, diversidade, ritmo da safra e compromisso ambiental, conforme pesquisa sobre feiras da agricultura familiar em bases agroecológicas, realizada na UFRRJ, na qual foram analisados 1.664 relatórios de comercialização entre 2017 e 2019, com demonstração de que esses canais combinam abastecimento local, diversidade de oferta e baixa volatilidade de preços em determinados contextos (Miranda; Wegner; Dias, 2024).

A feira agroecológica também funciona como circuito curto de comercialização, categoria utilizada para relações de venda com poucos intermediários, maior transparência e possibilidade de negociação social do valor dos alimentos (Renting; Marsden; Banks, 2003). Esse arranjo modifica a posição econômica do agricultor familiar, que reduz a dependência de intermediários e de cadeias longas, frequentemente orientadas por padronização estética, perdas pós-colheita e compressão de margens. Na venda direta, o produtor retém parcela maior da renda, ajusta a oferta à produção real do território e constrói vínculo estável com consumidores capazes de compreender a variação de safra, clima e disponibilidade (Rover; Darolt, 2021).

Além da dimensão econômica, esses espaços favorecem uma pedagogia cotidiana do consumo (Freire, 1996). Ao conversar com a agricultora sobre o tamanho de determinada hortaliça naquele mês, o tempo de colheita da macaxeira, a diferença entre coentro, cheiro-verde e variedades locais de

pimenta, o consumidor aprende que o alimento nasce de ciclos naturais, trabalho humano e condições territoriais, sem obediência plena à lógica industrial de uniformidade permanente. Essa aprendizagem discreta, repetida a cada feira, forma uma relação mais crítica com padrões convencionais de consumo, nos quais aparência, embalagem e disponibilidade contínua costumam ocultar impactos ambientais e sociais (Pinheiro *et al.*, 2020).

A valorização dos saberes tradicionais aparece como uma das expressões mais ricas das feiras agroecológicas (Toledo; Barrera-Bassols, 2015). Em muitos territórios, especialmente no Semiárido, na Amazônia, no Cerrado e em áreas de agricultura familiar do Sul e Sudeste, a feira permite a circulação de sementes crioulas, plantas alimentícias de uso pouco convencional, farinhas artesanais, melões, polpas, queijos, raízes, ervas medicinais e preparos culinários associados à memória local. Esses produtos expressam conhecimentos transmitidos por mulheres, pessoas idosas, comunidades tradicionais e redes de vizinhança que aprenderam a produzir sob escassez hídrica, solos diversos e calendários climáticos próprios (Pereira *et al.*, 2017).

Convém observar que o consumo consciente exige tratamento jurídico e social distante de uma escolha individual moralizada. Comprar em feira agroecológica pode expressar responsabilidade, desde que existam condições materiais de acesso, localização, renda, tempo, transporte, informação e oferta regular (Maluf; Reis, 2013). Por esse motivo, uma abordagem juridicamente adequada afasta a culpabilização do consumidor sem acesso a alimentos frescos e reconhece deveres estatais positivos na organização de ambientes alimentares mais saudáveis, a teor da Lei nº 11.346/2006, que criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e vinculou a alimentação adequada à dignidade humana (Brasil, 2006).

Essa compreensão recebe reforço dos programas de compras institucionais, especialmente o PAA e o PNAE, que conectam agricultura familiar, abastecimento e alimentação adequada (Triches; Schneider, 2010). A Lei nº 11.947/2009 determinou a aplicação de fração dos recursos da alimentação escolar na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, abrindo caminho para alimentos locais, do período de safra e culturalmente adequados nas escolas públicas. Ainda que feiras e compras institucionais possuam naturezas distintas, ambas integram uma arquitetura de fortalecimento de mercados territoriais, na qual o alimento circula com menor distância social entre produção e consumo (Brasil, 2009).

A sustentabilidade das feiras agroecológicas depende de organização coletiva, assistência técnica orientada pela transição agroecológica, condições mínimas de transporte, armazenamento, barracas, água, vigilância sanitária adequada à pequena produção, crédito compatível e regras municipais que reconheçam a feira como uso legítimo do espaço urbano (Niederle; Almeida; Vezzani, 2013).

Muitas experiências fracassam quando a política pública restringe sua atuação à inauguração simbólica do espaço, sem continuidade, formação, divulgação, logística e mediação institucional entre poder público, associações e consumidores. À vista disso, a permanência da feira demanda compromisso público continuado e governança territorial (Sabourin *et al.*, 2014).

A certificação orgânica, disciplinada pela Lei nº 10.831/2003 e regulamentada pelo Decreto nº 6.323/2007, admite mecanismos de controle social e sistemas participativos, instrumentos de grande importância para agricultores familiares sem condições de arcar com custos elevados de certificação por auditoria (Medaets; Fonseca, 2005). Nas feiras agroecológicas, a confiança costuma nascer da convivência, das visitas, da participação em associações, dos organismos participativos de avaliação da conformidade e do reconhecimento comunitário, ao passo que o selo contribui para proteção contra fraudes e para maior segurança jurídica da comercialização (Brasil, 2003).

As feiras agroecológicas também funcionam como espaços de disputa simbólica, ao questionarem a separação rígida entre cidade e campo, aproximarem alimentação e território e tornarem visível a existência de produtores raramente reconhecidos pelas estatísticas de mercado com o mesmo prestígio atribuído às cadeias exportadoras (Renting; Marsden; Banks, 2003).

Ao circular nesses espaços, o consumidor urbano percebe que a sustentabilidade pode estar no manejo do solo realizado por famílias, na diversidade de espécies em pequenas áreas, na economia de embalagens, na venda a granel, no retorno de caixas e sacolas, na conversa sobre receitas e no aproveitamento integral dos alimentos. Nessa ambiência, a feira adquire sentido educativo, econômico e socioambiental (Cassol; Schneider, 2021).

A economia local merece igual atenção, visto que o dinheiro gasto em alimentos permanece mais próximo do território e circula em mercearias, oficinas, transporte local, pequenos serviços, cooperativas, associações e atividades comunitárias (Ploeg, 2008). Essa circulação convive com dificuldades estruturais, como baixa renda rural, envelhecimento dos produtores, pouca assistência técnica e vulnerabilidade climática, ao mesmo tempo em que cria alternativas reais diante de cadeias longas concentradoras de poder de negociação. Sob esse ângulo, a feira agroecológica deve ser compreendida como mercado socialmente construído, com vínculos econômicos, políticos e culturais que excedem o evento semanal de compra e venda (Cruz; Schneider, 2022).

Nessa perspectiva, sustentabilidade e consumo consciente aparecem como práticas situadas, vinculadas a tempo de transição, risco produtivo, aprendizagem coletiva e redes de apoio no campo (FAO, 2018), bem como a acesso, informação e reconhecimento do trabalho incorporado ao alimento no plano do consumo. Entre a roça e a banca da feira existem escolhas técnicas, familiares, políticas e jurídicas que definem o que chega à mesa (Niederle; Almeida; Vezzani, 2013).

Em razão disso, a feira agroecológica é uma das expressões mais notórias de um sistema alimentar em disputa (Ploeg, 2008). Ora, a alimentação saudável, economia local, agricultura familiar, saberes tradicionais e proteção ambiental encontram materialidade cotidiana e socialmente verificável (Gliessman, 1998).

### **3 A CARTILHA EDUCATIVA COMO INSTRUMENTO DE SENSIBILIZAÇÃO NAS FEIRAS AGROECOLÓGICAS**

A educação orientada à agroecologia ganha sentido quando aproxima conhecimento técnico, experiência popular e vida cotidiana, tratando o alimento como expressão do território, da cultura e das relações de cuidado com a natureza. No Brasil, sua construção ocorreu em diálogo com a educação popular, a extensão rural crítica, a educação ambiental, a educação alimentar e nutricional e as práticas comunitárias de produção do conhecimento. Sob tal prisma, aprender sobre alimento, território e ambiente exige vínculo com as práticas de compra, preparo, cultivo, memória familiar e percepção diária sobre saúde e natureza, em sintonia com a crítica freireana à educação bancária (Freire, 2014).

À luz dessa premissa, a cartilha educativa nas feiras agroecológicas deve ser compreendida como recurso pedagógico de aproximação entre saber técnico, experiência dos agricultores e dúvidas do público consumidor. O material organiza uma conversa que, em regra, já ocorre na banca, quando alguém pergunta a razão de uma hortaliça apresentar tamanho menor, a existência de produtos em certos períodos do ano ou a diferença entre alimento agroecológico, orgânico e convencional. Em via de consequência, a cartilha converte a feira em espaço de orientação pública, com informação clara e vínculo direto com a experiência de quem compra e de quem produz.

A base inicial do material precisa ser educativa, com finalidade formativa e compromisso social. A cartilha voltada às feiras agroecológicas deve explicar a agroecologia como campo de conhecimento, prática produtiva e movimento social, relacionando cuidado com o solo, biodiversidade, autonomia das famílias agricultoras, alimentação adequada e responsabilidade no consumo. A expressão “alimento sem veneno” dialoga com uma preocupação social legítima e pode servir como porta de entrada para o tema, ao lado da compreensão de que a agroecologia envolve relações ecológicas, sociais, culturais e econômicas de maior alcance (Caporal; Costabeber, 2004).

A cartilha cumpre, nessa ordem de ideias, uma tarefa de tradução pedagógica. Ela transforma noções muitas vezes restritas a cursos, projetos de extensão e documentos técnicos em texto compreensível para pessoas de diferentes idades, escolaridades e experiências, mediante escolha cuidadosa de palavras, exemplos, imagens e perguntas adequadas ao território. No âmbito dos

materiais públicos, a redação clara busca permitir que as pessoas encontrem, compreendam e utilizem uma informação de interesse coletivo, diretriz plenamente aplicável à educação agroecológica em espaços de circulação popular (Brasil, 2024).

Esse cuidado redacional precisa aparecer desde as primeiras páginas, com abertura apoiada em situações próximas ao leitor, como a escolha de um alimento na feira, a conversa com quem produz, o cheiro de uma erva fresca, o reconhecimento de uma fruta da estação ou a dúvida sobre a presença de agrotóxicos. A partir dessas experiências, a cartilha pode explicar que consumir de forma consciente envolve observar a origem do alimento, compreender o modo de produção, respeitar a sazonalidade, evitar desperdícios e reconhecer o trabalho das famílias agricultoras. Desse modo, o conteúdo nasce da vida cotidiana e alcança gradualmente as noções técnicas necessárias.

A dimensão educativa da cartilha também guarda relação direta com a formação da autonomia. A participação do consumidor na feira agroecológica exige condições para formular perguntas, comparar informações e perceber promessas comerciais sem base técnica ou jurídica. Essa autonomia dialoga com a Educação Alimentar e Nutricional, que compreende a alimentação como prática social, cultural, ambiental e econômica, em perspectiva de maior alcance que a orientação nutricional centrada em nutrientes ou calorias (Brasil, 2012a).

A esse respeito, a cartilha deve aproximar agroecologia e alimentação saudável com tom informativo, sem discursos moralizantes. O Guia Alimentar para a População Brasileira recomenda a preferência por alimentos *in natura* ou minimamente processados, valoriza preparações culinárias e considera que escolhas alimentares estão ligadas aos sistemas de produção, abastecimento e consumo. Nas feiras, essa diretriz pode ganhar forma em exemplos práticos, como montar a compra da semana com alimentos da estação, variar cores no prato, aproveitar talos, cascas e folhas comestíveis, planejar quantidades e reduzir o descarte doméstico (Brasil, 2014).

Neste capítulo, a feira comparece como ambiente educativo, com tratamento histórico secundário. Ali, a cartilha encontra um público em situação real de decisão, diante do alimento, do preço, da aparência, da fala do agricultor e das próprias dúvidas. Essa condição tem alcance pedagógico, visto que a aprendizagem ocorre no momento em que a pessoa escolhe, pergunta e relaciona informação com prática, conforme estudos sobre consumo agroecológico que associam experiências de compra a aprendizado coletivo, vínculo, confiança e circulação de saberes entre produtores e consumidores (Santos; Chalub-Martins, 2012).

Para cumprir essa função, a cartilha precisa ser construída com base em perguntas reais, próximas da rotina de quem frequenta a feira. O material pode tratar do significado de alimento agroecológico, da relação entre produção agroecológica e certificação orgânica, da aparência diversa dos produtos, dos critérios ecológicos de cultivo, da formação do preço em circuitos sem

atravessadores e das formas de conservar folhas, raízes e frutas por mais tempo. Com isso, o texto permanece ligado à vida cotidiana e evita distanciamento técnico em face da experiência do público.

A dimensão jurídica entra para dar segurança à informação. A Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, disciplina a agricultura orgânica no Brasil, e o Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007, regulamenta mecanismos como certificação por auditoria, sistemas participativos de garantia e organização de controle social para venda direta. Sob esse enfoque, a cartilha pode explicar esses caminhos com redação clara, mostrando que a confiança caminha ao lado da informação, do registro, do controle social e da responsabilidade na comunicação com o consumidor (Brasil, 2007).

Esse esclarecimento evita confusões recorrentes. Um produto pode ser orgânico certificado, estar vinculado a um sistema participativo de garantia, ser vendido diretamente por agricultor familiar cadastrado em organização de controle social ou integrar processo de transição agroecológica acompanhado por redes locais. Essas diferenças podem aparecer em redação acessível e honesta, uma vez que o consumidor tem direito à informação adequada e clara sobre características, origem, qualidade e riscos dos produtos que adquire (Brasil, 1990).

A cartilha educativa também deve trabalhar a ideia de sensibilização com finalidade pedagógica, distante do apelo emocional isolado. Sensibilizar, nesse campo, significa ajudar a pessoa a perceber relações que costumam permanecer pouco visíveis, como o cuidado com a água, a vida do solo, a escolha das sementes, o tempo da produção, o trabalho das mulheres agricultoras, a permanência de jovens no campo e o impacto das compras locais sobre a renda das famílias. Assim, a informação ganha sentido prático e orienta escolhas mais conscientes no cotidiano.

A Política Nacional de Educação Ambiental dá base jurídica a essa compreensão, ao definir a educação ambiental como processo de construção de valores, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas à conservação do meio ambiente. Ao tratar de agroecologia, consumo e alimentação, a cartilha aproxima a educação ambiental de uma prática diária, na medida em que a decisão de compra recebe tratamento como gesto inserido em relações ecológicas e sociais. Essa aproximação permite compreender o consumo alimentar como experiência cidadã, ambiental e comunitária (Brasil, 1999).

Em sede metodológica, a elaboração qualificada da cartilha começa pela escuta, pela observação e pelo diálogo com agricultores, consumidores, educadores, nutricionistas, extensionistas e organizações locais. A educação popular em agroecologia valoriza processos participativos, diálogo de saberes, experimentação conjunta e produção de recursos pedagógicos conectados à experiência dos sujeitos. A par disso, materiais prontos, genéricos e sem vínculo territorial perdem capacidade formativa diante das necessidades reais da feira (Silva, 2022).

Essa participação altera a qualidade do conteúdo. Uma cartilha feita com os feirantes registra problemas que um técnico externo costuma perceber com maior dificuldade, como a dificuldade de explicar a sazonalidade, a desconfiança sobre produtos com aparência irregular, a comparação injusta com preços de redes varejistas, a dúvida sobre certificação e a pouca compreensão sobre práticas como compostagem, cobertura morta, consórcio de culturas e uso de bioinsumos. Em consequência, o material adquire maior valor educativo, ao responder a dúvidas vivas e afastar suposições de gabinete.

A dimensão visual deve receber o mesmo cuidado atribuído ao texto. Ilustrações, fotografias locais, blocos curtos, perguntas frequentes, sequências visuais e pequenos calendários de safra ajudam o leitor a compreender rapidamente o conteúdo. Uma cartilha destinada a feiras do Nordeste, por exemplo, pode relacionar agroecologia com macaxeira, feijão-de-corda, cheiro-verde, coentro, jerimum, maxixe, banana, mel de abelha, plantas medicinais e quintais produtivos, tendo em vista que o vínculo com alimentos conhecidos aproxima a aprendizagem do cotidiano.

A literatura recente sobre cartilhas em educação ambiental reforça essa preocupação. Em revisão publicada em 2023, foram analisados artigos e materiais produzidos no Brasil entre 2010 e 2022, com presença de temas como resíduos sólidos, problemas socioambientais e fauna, além de predomínio de cartilhas impressas e finalidade informativa. O achado mais útil para a agroecologia está na necessidade de superar materiais meramente expositivos, visto que a cartilha deve orientar práticas, provocar perguntas e favorecer apropriação social do conhecimento (Gonçalves; Monteiro-Alves; Pereira, 2023).

Por essa razão, o material voltado às feiras deve conter orientações práticas, sempre vinculadas ao conceito que as sustenta. Ao explicar sazonalidade, pode mostrar quais alimentos costumam aparecer em determinados períodos e a razão pela qual respeitar esse ritmo reduz pressão produtiva artificial. Ao tratar de desperdício, pode apresentar formas de armazenamento, higienização e preparo, ao mesmo tempo em que a abordagem do consumo consciente pode sugerir perguntas ao agricultor sobre origem do produto, forma de cultivo, tempo de colheita, uso de adubação orgânica e participação em organização coletiva.

A cartilha também pode servir como ponte entre educação formal e educação não formal. Professores podem utilizá-la em atividades escolares, estudantes podem visitar a feira com roteiro de observação, famílias podem discutir alimentação em casa e grupos comunitários podem organizar rodas de conversa a partir de suas páginas. Experiências de educação ambiental com enfoque agroecológico em escolas rurais mostram que a aproximação entre instituição educativa, comunidade e práticas de campo enriquece a compreensão sobre o espaço rural e torna o processo pedagógico mais ligado à realidade local (Santos; Sousa; Ferreira, 2021).

Dentro dessa proposta, a cartilha opera como dispositivo de mediação. Ela pode acompanhar oficinas, visitas guiadas, rodas de conversa, degustações, atividades com crianças, campanhas contra desperdício e ações de educação alimentar. Cada página deve funcionar como porta de entrada para o diálogo, com frases curtas, imagens explicativas e perguntas que convidem o leitor a observar sua própria prática de consumo.

A validação do conteúdo exige cuidado próprio. Antes da circulação, a cartilha deve ser lida por pessoas que dominem o tema e, principalmente, por representantes do público ao qual é destinada. Essa etapa permite corrigir termos confusos, retirar excesso de informação, ajustar imagens, verificar a viabilidade das orientações no território e evitar afirmações sem base, tendo em vista que a clareza interfere diretamente na compreensão, no uso e na continuidade da aprendizagem (Gonçalves; Monteiro-Alves; Pereira, 2023).

Também é recomendável que o material tenha versões complementares. A cartilha impressa continua útil na feira, pela circulação direta e pelo baixo custo, ao lado da versão digital enviada por *WhatsApp*, publicada em redes sociais ou acompanhada de *QR codes* com vídeos curtos dos agricultores. Em comunidades com pessoas idosas ou baixa escolaridade, áudios explicativos e imagens maiores favorecem o acesso, desde que a tecnologia preserve a relação humana que sustenta a educação agroecológica.

A cartilha educativa deve reunir conteúdo, redação e território. Seu valor está em permitir que conceitos como agroecologia, alimentação adequada, certificação, consumo consciente, sazonalidade, preço justo e sustentabilidade sejam compreendidos no momento em que ganham sentido prático. Quando elaborada com participação social, base técnica e cuidado jurídico, ela fortalece a feira como espaço de formação cidadã e ajuda o consumidor a perceber que a escolha alimentar envolve saúde, ambiente, cultura, renda local e responsabilidade coletiva.

Sob essa perspectiva, a função educativa da cartilha depende do vínculo com uma prática social, da escuta que orienta sua elaboração, do respeito ao modo de falar das pessoas, da tradução fiel do conhecimento técnico e do convite à participação. Nas feiras agroecológicas, sua contribuição mais rica está em qualificar o encontro entre quem produz e quem consome, tornando a informação acessível, a escolha mais consciente e a agroecologia mais próxima da vida cotidiana.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa permitiu compreender que a educação tem lugar basilar nas feiras agroecológicas, considerando que a aproximação entre produtores e consumidores precisa ser acompanhada por informação acessível e vinculada à realidade local. Nesse prisma, a cartilha educativa é um

instrumento capaz de transformar dúvidas cotidianas em oportunidades de aprendizagem, favorecendo escolhas alimentares mais conscientes e uma percepção mais cuidadosa sobre o alimento, o território e o trabalho da agricultura familiar.

Ainda, verificou-se que a cartilha deve ser tratada como recurso pedagógico de sensibilização social em detrimento de algo ocasional. Quando elaborada com participação dos sujeitos envolvidos na feira, ela fortalece o diálogo, aumenta a compreensão sobre a agroecologia e coopera para a construção de práticas de consumo mais responsáveis.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Expressão Popular, 2012. Disponível em: <https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2012/03/agroecologia-bases-cientificas-para-uma-agricultura-sustentavel.doc>. Acesso em: 26 maio 2026.

ALTIERI, Miguel A. Agroecology: the science of natural resource management for poor farmers in marginal environments. **Agriculture, Ecosystems & Environment**, Amsterdam, v. 93, n. 1-3, p. 1-24, 2002. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0167880902000853>. Acesso em: 25 maio 2026.

ALTIERI, Miguel A.; NICHOLLS, Clara I. Agroecology scaling up for food sovereignty and resiliency. In: LICHTFOUSE, Eric (ed.). **Sustainable Agriculture Reviews**. Dordrecht: Springer, 2012. v. 11, p. 1-29. Disponível em: [https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-007-5449-2\\_1](https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-007-5449-2_1). Acesso em: 27 maio 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Regulamenta a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a agricultura orgânica, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6323.htm). Acesso em: 2 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012**. Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Brasília, DF: Presidência da República, 2012b. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm). Acesso em: 5 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.831.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm). Acesso em: 30 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11326.htm). Acesso em: 31 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: Presidência da República, 2006. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111346.htm). Acesso em: 1 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm). Acesso em: 3 jun. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.** Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8078compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm). Acesso em: 28 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1999. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9795.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm). Acesso em: 29 maio 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia alimentar para a população brasileira.** 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia\\_alimentar\\_populacao\\_brasileira\\_2ed.pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf). Acesso em: 6 jun. 2026.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas.** Brasília, DF: MDS, 2012a. Disponível em: [https://cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco\\_EAN.pdf](https://cfn.org.br/wp-content/uploads/2017/03/marco_EAN.pdf). Acesso em: 4 jun. 2026.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios.** Brasília, DF: MDA, SAF, DATER, IICA, 2004. Disponível em: [https://dirin.s3.amazonaws.com/drive\\_materias/1649688456.pdf](https://dirin.s3.amazonaws.com/drive_materias/1649688456.pdf). Acesso em: 7 jun. 2026.

CARNEIRO, Fernando Ferreira et al. (org.). **Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: <https://abrasco.org.br/download/dossie-abrasco-um-alerta-sobre-os-impactos-dos-agrotoxicos-na-saude/>. Acesso em: 8 jun. 2026.

CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sergio. A imersão social da economia em mercados alimentares brasileiros: uma abordagem institucionalista. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 60, e233766, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rTMMMygNqtrXmdYfDJWxXztQ/>. Acesso em: 9 jun. 2026.

CRUZ, Mariana de Souza; SCHNEIDER, Sergio. Feiras alimentares e mercados territoriais: a estrutura e o funcionamento das instituições de ordenamento das trocas locais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, Campina Grande, v. 42, n. 1, p. 93-113, 2022. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/769>. Acesso em: 10 jun. 2026.

DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização de alimentos ecológicos: reconectando produtores e consumidores. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de;

VEZZANI, Fabiane Machado (org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 139-170. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Livro-AGROECOLOGIA-FINAL-IMPRESSO.pdf>. Acesso em: 25 maio 2026.

FAO. **The 10 elements of agroecology: guiding the transition to sustainable food and agricultural systems**. Rome: FAO, 2018. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/handle/20.500.14283/i9037en>. Acesso em: 26 maio 2026.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014. Disponível em: [https://books.google.com/books/about/Extens%C3%A3o\\_ou\\_comunica%C3%A7%C3%A3o.html?id=j7zNAAQBAJ](https://books.google.com/books/about/Extens%C3%A3o_ou_comunica%C3%A7%C3%A3o.html?id=j7zNAAQBAJ). Acesso em: 27 maio 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <https://pergamum-biblioteca.pucpr.br/acervo/259793>. Acesso em: 28 maio 2026.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001. Disponível em: <https://www.bdpa.cnptia.embrapa.br/consulta/busca?b=ad&biblioteca=vazio&busca=%28autoria%3A%22GLIESSMAN%2C+S.+R.%22%29>. Acesso em: 29 maio 2026.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecology: ecological processes in sustainable agriculture**. Chelsea: Ann Arbor Press, 1998. Disponível em: [https://books.google.com/books/about/Agroecology.html?id=ulyCG70jB\\_MC](https://books.google.com/books/about/Agroecology.html?id=ulyCG70jB_MC). Acesso em: 30 maio 2026.

GONÇALVES, Janaína Pinheiro; MONTEIRO-ALVES, Raynon Joel; PEREIRA, José Alex Batista. Como estão sendo produzidas as cartilhas em Educação Ambiental no Brasil? **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 18, n. 7, p. 269-286, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/15135>. Acesso em: 31 maio 2026.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rVgHTgTzPC9WdsndRqMPtmf/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

IBGE. **Censo agropecuário 2017: resultados definitivos**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=73096&view=detalhes>. Acesso em: 2 jun. 2026.

MALUF, Renato S.; REIS, Márcio C. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. In: ROCHA, Cecília; BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana (org.). **Segurança alimentar e nutricional: perspectivas, aprendizados e desafios para as políticas públicas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013. p. 15-42. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/78c7c>. Acesso em: 3 jun. 2026.

MARQUES, Zelia Vanuza; SOUSA, Romier da Paixão; ROSAL, Louise Ferreira. Educação popular e agroecologia: contribuições para a construção da política de assistência técnica e extensão

rural equitativa no Brasil. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 28, n. 1, e5, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/62653>. Acesso em: 4 jun. 2026.

MEDAETS, Jean Pierre; FONSECA, Maria Fernanda de Albuquerque Costa. **Produção orgânica: regulamentação nacional e internacional**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário; NEAD, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/mda/pt-br/acervo-nucleo-de-estudos-agrarios/nead-estudos-1/19-producao-organica-regulamentacao-nacional-e-internacional.pdf>. Acesso em: 5 jun. 2026.

MIRANDA, Sueny Pinhel; WEGNER, Rubia Cristina; DIAS, Anelise. Comercialização nas feiras da agricultura familiar: um estudo de caso sobre a estrutura desses canais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 62, n. 4, e270700, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/qpPgmC8Hqs3n4zWLB8LzPd/>. Acesso em: 6 jun. 2026.

NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Livro-AGROECOLOGIA-FINAL-IMPRESSO.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2026.

PEREIRA, Letícia Silvano; SOLDATI, Gustavo Taboada; DUQUE-BRASIL, Reinaldo; COELHO, France Maria Gontijo; SCHAEFER, Carlos Ernesto Gonçalves Reynaud. Agrobiodiversidade em quintais como estratégia para soberania alimentar no semiárido norte mineiro. **Ethnoscintia**, Belém, v. 2, n. 1, p. 1-25, 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ethnoscintia/article/view/10176>. Acesso em: 8 jun. 2026.

PETERSEN, Paulo. Agroecologia e a superação do paradigma da modernização. In: NIEDERLE, Paulo André; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane Machado (org.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 69-103. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/wp-content/uploads/2013/07/Livro-AGROECOLOGIA-FINAL-IMPRESSO.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2026.

PINHEIRO, Valéria Feitosa; NASCIMENTO, Guilherme Silva; ALVES, Christiane Luci Bezerra; RODRIGUES, Anderson da Silva; BATISTA, Maria Lucilene Bezerra. Percepção ambiental de consumidores de produtos orgânicos: o caso da feira agroecológica da Associação Cristã de Base, no município de Crato, CE. **Revista IDeAS**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 1-28, 2020. Disponível em: <https://revistaideas.ufrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/254>. Acesso em: 10 jun. 2026.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução de Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Disponível em: <https://livraria.ufrgs.br/sociologia/camponeses-e-imperios-alimentares--lutas-por-autonomia-e-sustentabilidade-na-era-da-globalizacao-1985/p>. Acesso em: 25 maio 2026.

RENTING, Henk; MARSDEN, Terry K.; BANKS, Jo. Understanding alternative food networks: exploring the role of short food supply chains in rural development. **Environment and Planning A**, London, v. 35, n. 3, p. 393-411, 2003. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1068/a3510>. Acesso em: 26 maio 2026.

ROCHA NETO, João Mendes da. Tão perto e tão longe: trajetória da agroecologia na agenda brasileira de políticas públicas. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 46, n. especial 2, p. 455-466, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/RWJy9nrwfSzwGSXjt9RwMrj/>. Acesso em: 27 maio 2026.

ROEDEL, Patricia. **Manual de linguagem simples: como planejar, desenvolver e testar textos que funcionam**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2024. Disponível em: [https://www.gov.br/gestao/pt-br/aceso-a-informacao/estrategia-e-governanca/estrutura-de-governanca/Manualdelinguagensimples\\_comoplanejardesenvolveretestartextosquefuncionam.pdf](https://www.gov.br/gestao/pt-br/aceso-a-informacao/estrategia-e-governanca/estrutura-de-governanca/Manualdelinguagensimples_comoplanejardesenvolveretestartextosquefuncionam.pdf). Acesso em: 28 maio 2026.

ROVER, Oscar José; DAROLT, Moacir Roberto. Circuitos curtos de comercialização como inovação social que valoriza a agricultura familiar agroecológica. In: DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José (org.). **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. Florianópolis: Estúdio Sempelo, 2021. p. 19-43. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/229738>. Acesso em: 29 maio 2026.

SABOURIN, Eric; THOMAS, Ségolène; EGRET, Léa; AVILA, Mario Lúcio de. Inovação social na comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos da agricultura familiar no Distrito Federal. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, DF, v. 5, n. 3, p. 98-119, 2014. Disponível em: <https://www.periodicos.unb.br/index.php/sust/article/view/15651>. Acesso em: 30 maio 2026.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa et al. (org.). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília, DF: Ipea, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/entities/book/dee63f27-bdc2-4674-a9aa-4b0259e8adb4>. Acesso em: 31 maio 2026.

SANTOS, Fernando Passos dos; CHALUB-MARTINS, Leila. Agroecologia, consumo sustentável e aprendizado coletivo no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 469-484, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/fLGRyZCnRNGkPYt7sGWXbyG/>. Acesso em: 1 jun. 2026.

SANTOS, Suellen Lemes Freire; SOUSA, Romier da Paixão; FERREIRA, Cícero Paulo. Educação ambiental e agroecologia: uma proposta para o entrelaçar de saberes nas escolas rurais do município de Castanhal-PA. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 38, n. 1, p. 244-265, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/12210>. Acesso em: 2 jun. 2026.

SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **A agricultura familiar no Brasil**. Santiago: Rimisp, 2013. Série Documentos de Trabajo, n. 145. Disponível em: [https://www.rimisp.org/wp-content/files\\_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil\\_ShneiderCassol\\_editado.pdf](https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_ShneiderCassol_editado.pdf). Acesso em: 3 jun. 2026.

SILVA, Marcio Gomes da. Educação popular e experiências educativas em Agroecologia. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, v. 21, n. 1, p. 265-285, 2022. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/63075>. Acesso em: 4 jun. 2026.

STAMATO, Beatriz; MOREIRA, Rodrigo Machado. Metodologias participativas em agroecologia: redes, processos e estratégias rumo a uma Pedagogia do Alimento. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v. 22,

n. 2, p. 152-173, 2017. Disponível em: <https://seer.unisc.br/index.php/redes/article/view/9347>. Acesso em: 5 jun. 2026.

TOLEDO, Víctor M.; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural: a importância ecológica das sabedorias tradicionais**. São Paulo: Expressão Popular, 2015. Disponível em: <https://vidaboa.redelivre.org.br/2017/10/11/resenha-e-trechos-de-a-memoria-biocultural-a-importancia-ecologica-das-sabedorias-tradicionais/>. Acesso em: 6 jun. 2026.

TRICHES, Rozane Márcia; SCHNEIDER, Sergio. Alimentação escolar e agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 933-945, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WFcGDRjzXjXb67DWX3gKHDQ/>. Acesso em: 7 jun. 2026.

WEZEL, Alexander; BELLON, Stéphane; DORÉ, Thierry; FRANCIS, Charles A.; VALLOD, Dominique; DAVID, Christophe. Agroecology as a science, a movement and a practice: a review. **Agronomy for Sustainable Development**, Paris, v. 29, p. 503-515, 2009. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1051/agro/2009004>. Acesso em: 8 jun. 2026.